

2006

Fevereiro

02 | Os quatro membros da ERC designados pelo Parlamento foram eleitos com 147 votos a favor e 36 brancos. A lista é composta por Elísio Cabral de Oliveira, Estrela Serrano, Rui Assis Ferreira e Luís Gonçalves da Silva, que deverão cooptar o quinto elemento do Conselho Regulador.

10 | Designação por cooptação de um membro do Conselho Regulador da ERC, José Alberto de Azeredo Lopes.

13 | Anteprojecto do decreto-lei sobre o regime das taxas da ERC. Segundo o documento, a taxa a cobrar aos operadores generalistas de televisão pela atribuição ou renovação das suas licenças é de 250 mil euros.

17 | Tomada de posse dos membros do Conselho Regulador da ERC. O Sindicato dos Jornalistas não esteve representado na cerimónia de tomada de posse da ERC, no Parlamento, após convite da Assembleia da República, revelando estar em desacordo com o processo relacionado com esta entidade.

22 | ANACOM coloca em consulta pública a renovação das licenças da SIC e da TVI. Caso vissem as licenças renovadas, as duas televisões privadas ficariam com direitos de utilização do espectro rádio-eléctrico até 2022 mas, prevendo a ANACOM que a cessação das emissões televisivas em formato analógico ocorresse antes dessa data devido ao sistema de transição digital até 2012 recomendado pela Comissão Europeia, decide submeter a questão a consulta pública.

24 | Francisco Pinto Balsemão manifesta-se contra propostas governamentais que afectam o sector dos *media*. Em causa estão a proposta de lei orgânica que cria a ERC e proposta para o seu respectivo funcionamento, as propostas de novo Código de Publicidade, de alterações ao Estatuto do Jornalista, de regulamentação da Lei do Cinema e a introdução de quotas de música portuguesa na rádio.

Março

02 | Conselho de Ministros aprova o decreto-lei sobre o regime de taxas da ERC. Confederação dos Meios de Comunicação Social, que representa 80 por cento do sector, vai pedir ao Presidente da República a fiscalização preventiva do documento.

03 | Esclarecimento do gabinete do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, sobre as diligências aos órgãos de comunicação social supervisionados pela ERC. A nota esclarece que as averiguações presenciais não são para supervisionar conteúdos mas para averiguar a correspondência dos registos de comunicação social com a realidade (por exemplo, da produção e difusão das emissões radiofónicas a partir do local a que corresponde a respectiva licença; da verificação da produção própria dos serviços noticiosos e da sua condução por jornalistas; da preservação de registos para efeitos de cumprimento do direito de resposta).

08 | Comunicado da ERC na sequência de pedido da Directora de Informação da *Lusa* à AACS para analisar notícias da imprensa que, no seu entender, “punham em causa a independência da agência noticiosa face ao poder político, bem como o rigor informativo”. O Conselho Regulador da ERC, depois de analisar notícias relativas ao acesso das escolas à Internet em “banda larga” difundidas pela agência, concluiu pela inexistência de indícios de pressões políticas que afectem a independência da *Lusa*.

17 | Presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR), José Faustino, refere que o regime de taxas da nova entidade reguladora pode levar algumas emissoras locais à falência. Estas considerações surgem no contexto da recente aprovação do decreto-lei que define o regime de taxas da ERC.

Abril

7 | Conselho Regulador da ERC delibera abrir procedimento para análise do tratamento jornalístico do tema de capa do diário *24horas*, de 27 de Abril, sob o título "Bispos pedem inquérito à violação de Bibi por um padre" e o subtítulo "Denúncia de Carlos Silvino na TVI abala igreja".

10 | O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, defende o modelo de financiamento da Entidade Reguladora para a Comunicação Social em conferência organizada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho intitulada "A nova entidade reguladora no quadro das políticas de comunicação em Portugal" e considera necessária a contribuição dos *media* para "evitar a penúria" da nova entidade.

Maio

02 | Apresentação do livro “Para Compreender o Jornalismo – o Diário de Notícias visto pela provedora dos leitores”, da autoria de Estrela Serrano, vogal do Conselho Regulador da ERC.

04 | Conselho Regulador da ERC aprova as nomeações de Luís Miguel Viana para Director de Informação e de Paulo Rêgo para Director-adjunto da agência *Lusa*. O parecer foi pedido a 20 de Abril pelo Presidente do Conselho de Administração da *Lusa*, José Manuel Barroso, sendo a decisão do organismo regulador vinculativa relativamente às nomeações de directores de órgãos de comunicação detidos ou participados pelo Estado.

Junho

01 | O deputado socialista Manuel Maria Carrilho anuncia que vai propor, para debate público, que os jornalistas apresentem um registo de interesses, à semelhança do que fazem os titulares de cargos públicos.

20 | Conselho Regulador da ERC anuncia, através de um comunicado, que renovou as licenças televisivas dos operadores SIC e da TVI.

Agosto

07 | SIC pede reapreciação da deliberação do Conselho Regulador da ERC que renovou a sua licença televisiva por considerar que o pedido de renovação conduziu a um aproveitamento do regulador para “criar um verdadeiro novo caderno de encargos, abusando claramente dos poderes”.

11 | Autoridade da Concorrência revela, em comunicado, que considera ilegais as cláusulas do acordo de parceria entre a SIC e a TV Cabo e aplica coima de € 3.040.000. Neste processo, foram ouvidos os reguladores das Telecomunicações e da Comunicação Social.

24 | Conselho Regulador da ERC delibera iniciar um procedimento para averiguação sobre os factos e comentários suscitados pelo artigo de Eduardo Cintra Torres, na edição de 20 de Agosto do *Público*, intitulado “Como se faz censura em Portugal”. O autor do artigo faz acusações contra a Direcção de Informação da RTP e questiona a sua independência face ao poder político, referindo-se a uma minimização da gravidade dos incêndios florestais no país.

30 | Conselho Regulador da ERC ouve Eduardo Cintra Torres e o Director de Informação da RTP, Luís Marinho, no âmbito do procedimento de averiguações a propósito da publicação do artigo “Como se faz censura em Portugal”.

Setembro

13 | RTP, SIC e TVI assinam acordo de auto-regulação sobre áreas da programação, passando a existir uma tabela única de classificação de programas.

28 | Conselho Regulador da ERC aprova pedido de autorização para o exercício da actividade de televisão por cabo e satélite de um serviço de programas temático de cobertura nacional e acesso não condicionado denominado “Porto Canal”.

29 | Disponível o novo site da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Outubro

03 | Apresentação, pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, do anteprojecto de proposta de lei sobre os limites à concentração da titularidade nas empresas de comunicação, na Assembleia da República. O documento estará em consulta pública até 30 de Novembro.

03 | Na sequência de uma queixa do PSD contra a RTP–N sobre a cobertura noticiosa da sessão de 26 de Junho de 2006 da Assembleia Municipal do Porto, o Conselho Regulador da ERC delibera instar o operador ao cumprimento dos seus deveres “para garantia da independência, imparcialidade e isenção a que está especialmente obrigada como operador público”.

11 | Mais de 70% das rádios já pagaram taxa de regulação à ERC, o que representa cerca de 230 emissoras. Houve várias recusas de pagamento no início deste processo, sendo o valor da taxa em causa de metade por ser o primeiro ano de actividade da ERC. Além disso, um comunicado da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social (CPMCS) dá conta que empresas dos grupos Media Capital, Impresa, Cofina e a Global Notícias aguardam uma decisão definitiva dos tribunais acerca desta questão.

19 | Conselho Regulador da ERC delibera instaurar um procedimento contra-ordenacional contra o operador televisivo SIC por ter transmitido auto-promoções da novela *Jura*, com cenas de sexo, em horários anteriores às 23h00.

25 | ERC assina protocolo com a Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa, para estabelecer uma articulação entre as duas instituições em termos de objectivos de investigação e de prestação de serviços.

Novembro

06 | No seguimento da notícia publicada na edição de 4 de Novembro do *Expresso*, sob o título “PSD denuncia caso de manipulação em telejornal da RTP”, bem como noutros jornais, o Conselho Regulador da ERC convoca uma série de audições. Esta iniciativa insere-se no âmbito do procedimento iniciado a propósito do artigo publicado por Eduardo Cintra Torres no jornal *Público*, intitulado “Como se faz censura em Portugal”.

10 | Conselho Regulador da ERC emite um comunicado, disponível no site da entidade, a propósito do editorial da edição de hoje do jornal *Público* sobre as competências da ERC. O editorial surge a propósito de uma deliberação da ERC que obriga o jornal à “republicação do direito de resposta” de Rui Rio, Presidente da Câmara Municipal do Porto e que merece, de acordo com o comunicado, “algumas considerações e esclarecimentos” relativamente aos preceitos estatutários que regem o regulador.

13 | RTP anuncia que enviou um pedido de intervenção à ERC para que se esclareçam as acusações do secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, de que a televisão pública era “um palco de propaganda do Governo”. Referindo-se ao programa *Prós e Contras*, o secretário-geral manifestou-se contra a ausência de um representante social-democrata na emissão do dia 6 de Novembro, durante a qual esteve em debate o Orçamento de Estado para o ano de 2007.

Dezembro

06 | ERC aprova deliberação da qual consta o parecer, solicitado pela Autoridade da Concorrência, relativamente à operação de concentração entre a Prisa e a Media Capital. No referido parecer, o Conselho Regulador refere nada haver a opor a este projecto por considerar que “a operação em causa não vem modificar a situação vigente nos mercados relevantes no sector da comunicação social”.

06 | Deliberação da ERC no âmbito do procedimento a propósito do artigo de Eduardo Cintra Torres. O Conselho Regulador conclui não ter encontrado indícios que sugiram “qualquer quebra na obrigação de independência da RTP face ao poder político na cobertura da época de incêndio” nem de intervenção política (como denunciava o deputado social-democrata Agostinho Branquinho, em declarações ao jornal *Expresso*, em Novembro passado). Reagindo às recomendações da ERC, o Director do *Público*, José Manuel Fernandes, considera “gravíssima e infame” a deliberação em causa refere que não acatará a recomendação para deixar de publicar textos que considere inconvenientes.

11 | Conselho Regulador da ERC emite um comunicado acerca do episódio ocorrido com o artigo de opinião de Eduardo Cintra Torres, “Como se faz censura em Portugal”, e subsequentes reacções do Director do *Público*, com a finalidade de dar “por encerrado este “diálogo”, tão picaresco como pouco edificante”.

12 | ERC reúne-se com os operadores de televisão, SIC, RTP, TVI, Lisboa TV, Sport TV e PT Conteúdos para discutir um projecto de reformulação dos actuais mapas de informação sobre a difusão de obras que os agregue num único, para melhor tratamento informático e estatístico. Da reunião derivou uma proposta de criação de um grupo de trabalho, do qual fariam parte os três principais operadores generalistas, com vista a analisar o projecto em questão.

13 | Primeira reunião do Conselho Consultivo da ERC, durante a qual o Presidente do Conselho Regulador apresenta o balanço dos primeiros meses de actividade da entidade e os projectos previstos para os próximos meses no âmbito das suas competências regulatórias.

18 | Os três operadores de televisão, RTP, SIC e TVI, criam um grupo de trabalho com o objectivo de uniformizar um mapa de informação sobre os programas que transmitem. Esta iniciativa decorre de uma reunião promovida pela ERC no passado dia 12.

18 | Na sequência de reuniões do Presidente do Conselho Regulador da ERC, Azeredo Lopes, com responsáveis pelos operadores SIC e TVI, Pinto Balsemão e Miguel Gil, foram desactivadas as páginas de “chat” incluídas no serviço de teletexto de ambos.

19 | Audição do Presidente da ERC na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Assembleia da República, tendo sido apresentados os traços gerais do parecer enviado pelo Conselho Regulador ao Ministro dos Assuntos Parlamentares no âmbito da apreciação da proposta de lei de reestruturação do serviço público de rádio e televisão.

20 | Reunião do Conselho Regulador da ERC com o Observatório da Comunicação (OberCom), durante a qual foram referidas formas de colaboração entre os dois organismos e estabelecidos encontros periódicos.

21 | Conselho Regulador da ERC, em reunião com Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, analisa a situação do sector e ouve acerca dos documentos legislativos que estão sob apreciação, nomeadamente o Anteprojecto da Proposta de Lei da Televisão e o Anteprojecto da Proposta de Lei sobre os Limites à Concentração da Titularidade nas Empresas de Comunicação Social.